



^a SEMANA NACIONAL EM DEFESA E PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

13 A 17 DE ABRIL DE 2026

**EDUCAÇÃO,
DEMOCRACIA,
SUSTENTABILIDADE
E SOBERANIA.**

CNE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Filial à
CUT
BRASIL

Interacional
de Educação

C
E
A

CPLP-SE

FNPE
Fórum Nacional de Trabalho da Educação

Brasil



Entidades Filiadas à CNTE

AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOC – Sindicato dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
APMC – Sindicato Dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo
APMI – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ijuí
APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
ASPECAN – Associação de Profissionais em Educação de Candeias/BA
ASPROLF – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
CPERS – Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal
SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SIMMP – Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SIMPERE – Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SIMPI – Sindicato do Magistério Municipal Público de Itabuna/BA
SIMPUBAP – Sindicato do Magistério Municipal Público de Barro Preto/BA
SIMTEP – Sindicato Municipal dos Trabalhadores da Educação de PIO IX
SINDEDUC – Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Município de Pinhais
SINDEDUCAÇÃO – Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís
SINDIPEMA – Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINDIPROM – Sindicato dos Professores Municipais de Palmas/PR
SINDIUPES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
Sind-Rede BH – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
SINDTEC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Correntina
Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SINPC – Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho
SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINPMOL – Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINPRO JF – Sindicato dos Professores de Juiz de Fora
SINPROCAN – Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROESEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão.
SINPROFE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Professores, Professoras e Especialista em Educação da Rede Pública de Ensino do Município de Barreiras
SINPROJA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINPROLEM – Sindicato dos Professores de Luís Eduardo Magalhães
SINPROSM – Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINSEPEAP – Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá
SINSEPN – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Educação do Município de Ponto Novo/BA
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINTEAC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINTEFRAMO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Francisco Morato
SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINTEM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEM/CG – Sindicato dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Campina Grande
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTER – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
SINTERG – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTERO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTERPUM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA.
SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
SINTET – Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins
SINTRAEDS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sapiranga/RS
SIPROVEL/PR – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR
SISE – Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISMMAC – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAP – Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá
SISMMAR – Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SISPEC – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari

Sumário

4

Objetivo e Temas da 27ª Semana
de Educação da CNTE

5

Apresentação

6

Sugestões de Atividades

12

Breve síntese dos temas



27ª SEMANA NACIONAL EM DEFESA E PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

13 A 17 DE ABRIL DE 2026

Objetivo da 27ª Semana de Educação da CNTE

Promover reflexões sobre o papel da educação pública na construção de uma sociedade democrática, soberana, igualitária, sustentável e livre de violências, particularmente, o feminicídio.

Temas da Semana

13/04

Educação, democracia e soberania

14/04

Educação e o combate à violência contra minorias e ao feminicídio

15/04

Políticas estruturantes da educação – Sistema Nacional, Planos Decenais e Financiamento (Marcha a Brasília e indicativo para Paralisação Nacional da Educação)

16/04

Valorização dos profissionais da educação

17/04

Educação, sustentabilidade e inteligência artificial

**DIA 15 DE ABRIL, MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA
POR MAIS DIREITOS, POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE
E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA**

Apresentação

As guerras no Oriente Médio, no Leste Europeu e as ameaças do Presidente Donald Trump em invadir ou controlar países da América Latina e de outras partes do planeta remontam tempos tenebrosos de mitigação da paz, de imposição de barbáries aos povos diretamente envolvidos nos conflitos, e causam desequilíbrios humanitários, econômicos e políticos, além de grave coação à liberdade civil e à soberania dos povos.

Neste ano de 2026, o Brasil terá eleições gerais e precisamos reafirmar nossa Democracia e Soberania. Ambas são inegociáveis! O momento requer máxima atenção a possíveis interferências do Presidente Donald Trump em nosso país e na Região, pois a política norte-americana tem se pautado na retomada da Doutrina Monroe na América Latina, na expansão econômica por meio de expropriações de riquezas nacionais, especialmente petróleo e gás, e na desestabilização de regimes democráticos em parceria com as big techs, fortalecendo alianças com a extrema direita local que se vende ao projeto do dominador.

Por meio da educação se constrói a cidadania. Ela é instrumento de libertação e de defesa nacional, sendo o alicerce para a construção de um país justo e soberano. A escola pública é pilar da democracia, pois é o lugar onde se fortalece a cidadania e se garante a igualdade de oportunidades. A aprendizagem com qualidade social é força motriz para combater desigualdades e promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Neste contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) é estratégico para garantir os direitos constitucionais à educação, da creche ao ensino superior. E isso inclui gestão democrática, autonomia pedagógica, valorização profissional por meio de concurso público para todos os cargos educacionais, piso salarial, carreiras adequadas para professores e funcionários da educação e boas condições de trabalho e aprendizagem nas escolas.

O investimento público é estratégico para a construção do projeto de educação emancipadora, pois sua redução ou ausência inviabiliza as políticas educacionais. Por isso, reiteramos a campanha “Não Venda a Minha Escola”, porque a apropriação de recursos públicos pela rede privada enfraquece a soberania, desrespeita a autonomia de quem estuda e trabalha na escola pública e impede a melhoria das condições de ensino e a valorização dos profissionais que atendem cerca de 80% dos estudantes da educação básica no Brasil.

A 27ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela CNTE e seus 64 sindicatos filiados, reafirma a luta contra a militarização escolar, que contrapõe os princípios da gestão democrática, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, além do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas insculpidos no artigo 206 da Constituição Federal. Além de combater a privatização das escolas e a terceirização de seus profissionais, também lutamos pela regulamentação da IA nos sistemas e redes de ensino, pelo fim da plataformização nas escolas, em prol do trabalho decente e da aposentadoria digna para toda a população e os/as educadores/as em especial.

Diante da crise climática e dos desafios ambientais do século XXI, precisamos debater a sustentabilidade ambiental nos currículos escolares para formar cidadãos conscientes sobre o uso responsável dos recursos naturais.

Outro aspecto fundamental é o enfrentamento das desigualdades e das violências presentes na sociedade, sobretudo contra mulheres, meninas, negros, indígenas e pessoas LGBTQIA+. A escola é espaço de construção da cidadania, de formação crítica e de proteção à vida. Cabe a ela promover a igualdade de gênero, o respeito à diversidade, a cultura de paz e contra qualquer forma de preconceito.

Chega de feminicídio!

Diretoria Executiva da CNTE

Sugestões de Atividades

Dia 13 de abril

OBJETIVOS PEDAGÓGICOS:

- Refletir sobre o papel da escola na formação de sujeitos críticos e livres.
- Fortalecer a participação, o diálogo e a cultura democrática na escola.
- Debater a importância da educação, da ciência e do conhecimento para o desenvolvimento do país.

ATIVIDADES:

- Coletiva de imprensa na sede do Sindicato;
- Audiências públicas nas casas de leis (Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores);
- Apresentação do tema da semana nas escolas;
- leitura de frases de Paulo Freire ou como a escola preferir.

SUGESTÕES DE FRASES:

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” Paulo Freire

PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Atividade 1

Votação simbólica - Escolher:

- história do dia,
- brincadeira coletiva.

Pesquisa - Estudantes pesquisam:

- cientistas brasileiros,
- inventores,
- universidades públicas.

Atividade 2 - Conhecendo o Brasil

Apresentação de:

- mapas;
- culturas;
- músicas;
- alimentos.





Atividade 3 – Roda de conversa

| *Pergunta norteadora: "Por que ir à escola é importante?"*

Atividade 4 – Desenho

| *Tema: O Brasil que eu amo.*

PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade 1 – Simulação de assembleia

| *Debater regras da turma.*

Atividade 2 – Eleição simbólica

| *Eleger representantes de turma*

Atividade 3 – Produção de cartilha

| *Tema: O que é democracia e no que importa a Soberania?*

Atividade 4 – Debate

| *Tema: Por que estudar ajuda o Brasil a crescer?*

PARA O ENSINO MÉDIO E EJA

Atividade 1 – Debate orientado

| *Temas: Democracia e participação social e Dependência tecnológica e soberania.*

Atividade 2 – Aula temática

| *Tema: Educação, ciência e desenvolvimento nacional*

Atividade 3 – Produção de manifesto estudantil

| *Tema: Por que defender a educação pública?*

Atividade 4 – Produção de artigo ou vídeo

| *Tema: Como a educação fortalece a soberania do país*

Dia 14 de abril

OBJETIVO PEDAGÓGICO

- Promover a cultura do respeito, da igualdade e da prevenção e combate às violências – Chega de feminicídio!

PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Atividade 1 – História infantil

Leituras sobre:

- respeito,
- amizade,
- igualdade.

Atividade 2 – Brincadeira cooperativa

Jogos onde todos precisam colaborar.

Atividade 3 – Desenho coletivo

Tema: Meninos e meninas podem tudo.

PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade 1 – Roda de conversa

Perguntas:

- O que é respeito?
- O que gera violência?
- Igualdade na diversidade, construção coletiva necessária!

Atividade 2 – Cartazes educativos

Produção de frases:

- respeito às meninas;
- igualdade entre meninos e meninas.

Atividade 3 – Teatro educativo

Pequenas dramatizações sobre:

- bullying;
- desrespeito;
- convivência saudável.



PARA O ENSINO MÉDIO E EJA

Atividade 1 – Aula temática

Conceituar tipos de violência:

- violência física;
- violência psicológica;
- violência moral;
- violência sexual;
- violência patrimonial.

Essas categorias estão previstas na Lei Maria da Penha.

Atividade 2 – Debate

Tema: Por que o feminicídio ainda acontece?

Atividade 3 – Produção de campanha escolar

Criar campanha: “Escola contra a violência e o feminicídio.”

Atividade 4 – Produção de textos e vídeos

O que é transfobia e quais as suas consequências na sociedade brasileira?

Dia 15 de abril

MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA EM BRASÍLIA E INDICATIVO DE PARALISAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Onde não for possível paralisar neste dia, estimular debates e rodas de conversa sobre as lutas por direitos na sociedade brasileira.

- Qual a importância da escola pública e de outros serviços públicos para a maioria da população?
- O que é neoliberalismo e quais as suas consequências?
- Quem são os super ricos e qual a fatia da riqueza nacional e mundial que eles concentram? Quais as consequências dessa acumulação nas sociedades?

Dia 16 de abril

PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Atividade 1 – Quem faz acontecer a aprendizagem na escola?

Leituras e desenhos identificando professores, funcionários da educação e equipes pedagógicas.

Atividade 2 – Produção de cartazes e murais

- Como é a minha escola;
- O que precisa melhorar na escola;
- Minha família e a escola.

Atividade 3 – O que você quer ser quando crescer?

| *Roda de conversa e produção de desenhos*

PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade 1 – Oficina “Minha história”

Estudantes contam:

- quem são;
- de onde vêm;
- quais seus sonhos.

Atividade 2 – Entrevista

Entrevistar:

- professores;
- merendeiras;
- porteiros;
- outros funcionários da escola.

| *Pergunta: “O que a escola mudou na sua vida?”*

Atividade 3 – Produção textual

| *Tema: Educação muda vidas?*

PARA O ENSINO MÉDIO E EJA

Atividade 1 – Debate orientado

| *Tema: Educação como instrumento de transformação social*



Atividade 2 – Produção de podcast ou vídeo

Tema: O que significa aprender para ser livre?

Atividade 3 – Mapa dos sonhos

Estudantes escrevem:

- sonhos pessoais;
- sonhos para o país.

Dia 17 de abril

OBJETIVO PEDAGÓGICO

Desenvolver consciência ambiental e responsabilidade coletiva e nas redes sociais.

PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Atividade 1 – Plantio de mudas

Atividade 2 – Contação de histórias sobre natureza

Atividade 3 – Brincadeira ecológica

PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade 1 – Horta escolar e oficina de reciclagem

Atividade 2 – Mapa ambiental da escola

Atividade 3 – A IA na minha vida:

- Como cada um/a lida com as redes sociais;
- Como a IA pode ajudar o processo educativo;
- Quais os riscos e as ações de prevenção necessárias para o uso da IA com responsabilidade.

PARA O ENSINO MÉDIO E EJA

Atividade 1 – Debate

Tema: Crise climática e responsabilidade social

Atividade 2 – Diagnóstico ambiental da escola e plano de sustentabilidade escolar.

Atividade 3 – IA e ética.

Atividade 4 – A IA no processo de desenvolvimento e nas relações humanas. Pontos positivos e negativos.

Subsídios para o debate

A CNTE disponibilizará um compêndio de textos para estimular o debate sobre cada eixo da Semana de Educação. Contudo, é muito importante que cada escola formule suas ideias e promova o debate sobre os diferentes conteúdos do temário a partir da realidade local.

Breve síntese preliminar dos temas

Educação, democracia e soberania

A democracia se pauta na participação cidadã em processos de escolha de dirigentes, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e na igualdade de direitos entre todos os membros da sociedade.

Inspirada em Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, a escola democrática não se limita à transmissão de conteúdos; ela se constitui em espaço de construção do conhecimento, de formação política, ética e cultural, com o objetivo de construir uma sociedade justa e humana.

É por meio da escola pública que milhões de crianças, jovens e adultos têm acesso ao conhecimento científico e à compreensão de seus direitos e deveres. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, devendo-se promover o pensamento crítico, a diversidade cultural e o combate aos preconceitos e a todas as formas de discriminações.

Por sua vez, a soberania nacional expressa a capacidade de um país em definir autonomamente seu projeto de desenvolvimento, suas políticas públicas e estratégias para a produção de conhecimento. E a educação desempenha papel central na construção da soberania científica, tecnológica e cultural de uma nação.

Países que investem em educação, ciência e tecnologia ampliam sua capacidade de produzir conhecimento, inovar e construir modelos próprios de desenvolvimento. Porém, num mundo globalizado e regido por interesses econômicos, a soberania dos países emergentes tem sido cada vez mais atacada pelas potências mundiais, sobretudo os Estados Unidos da América, que insistem em manter através da força militar, da chantagem comercial e das chamadas *guerras híbridas* uma hegemonia geopolítica em pleno declínio.

O Brasil, membro do G-20, que reúne as principais economias mundiais, luta para estabelecer o multilateralismo nas relações entre as nações, fortalecendo e democratizando a Organização das Nações Unidas (ONU), em especial seu Conselho de Segurança, em contraposição ao bilateralismo ou mesmo ao unilateralismo imposto pelas potências mundiais, sobretudo os EUA, atualmente comandado por Donald Trump.

Educação, violência contra minorias e feminicídio

O recente período de negacionismo imposto por alas políticas da extrema direita, no Brasil e no mundo, tem impactado negativamente diversos indicadores sociais e as relações humanas, com agravamento da violência contra minorias.

Desde 2018, quando negros foram comparados a arobas bovinas e mulheres e pessoas LGBTQIA+ a cidadãs de segunda classe pelo líder político que, à época, ganhou as eleições para a Presidência do Brasil, temos vivenciado a banalização e a explosão de casos de violência de gênero e contra minorias, que são reforçados pela desregulamentação das redes sociais e, não por acaso, se amplia exponencialmente entre os jovens.

A correlação dessas violências com o projeto distópico de sociedade defendido pela extrema direita é a baliza de enfrentamento que devemos adotar na sociedade. A extrema direita é caracterizada pelo conjunto de organizações, partidos políticos e pessoas com visões xenófobas, racistas, homofóbicas, transfóbicas e reacionárias. Essas e outras características, como neofascismo, neonazismo, supremacia e nacionalismo brancos, são encontradas nos principais dicionários de língua portuguesa e estrangeira, e não podem ser ignoradas pelas sociedades que almejam superar esse estágio de involução humanitária.

Daí a necessidade de pautarmos esses temas – em especial o feminicídio, que acomete cerca de quatro mulheres diariamente no país –, nos debates e currículos escolares, pois somente com a conscientização da juventude, preocupantemente capturada por redes misóginas que incentivam crimes diversos, inclusive estupros coletivos em ascensão em ambientes escolares, é que conseguimos vencer a batalha contra a violência de gênero, a LGBTfobia, o racismo e outros preconceitos.

As violências que fazem escalar o feminicídio no Brasil são retroalimentadas por inúmeros expedientes que fazem parte do cotidiano escolar, como o uso da inteligência artificial sem filtros, a linguagem curricular neutra e o movimento “Escola sem Partido”, que tentam impedir a abordagem pedagógica de temas como diversidade e igualdade de gênero. Também integra essa rede perniciosa e reacionária o modelo de escolas cívico-militares, que como bem enfatiza o professor Fernando Cássio, da USP, é um projeto político que renaturaliza padrões de condutas excludentes, as quais a sociedade brasileira vinha lutando para superar e que reproduzem estereótipos

machistas e de violência, opondo-se, gravemente, a valores democráticos e libertários que regem a educação.

Ter consciência dessas narrativas e projetos é o primeiro passo para fazer o enfrentamento eficaz dos retrocessos que afligem cada vez mais nossa sociedade.

Políticas estruturantes da educação – Sistema Nacional, Planos Decenais e Financiamento público

Em 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 220, a qual instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração.

O Sistema Nacional de Educação tem previsão no art. 214 da Constituição, junto com o Plano Nacional de Educação (PNE), e é estratégico para promover o acesso universal com qualidade e equidade em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Na educação básica, o SNE e o PNE se apoiam no Custo Aluno Qualidade (CAQ), que deve servir de referência para o investimento por aluno, considerando um conjunto mínimo de insumos e seus correspondentes custos em âmbito nacional, regional e local de cada rede de ensino. O CAQ e o PNE encontram-se em debate no Congresso Nacional e precisam assegurar os investimentos necessários para a educação, à luz da meta de investimento equivalente a 10% do PIB na educação, ao longo da próxima década. Garantir o repasse de verbas públicas para a educação pública e dizer não à privatização são outras questões fundamentais para valorizar a escola pública!

Outros objetivos do PNE são (art. 214. CF-1988): I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. E compete à sociedade acompanhar e cobrar os parlamentares para que o novo PNE estabeleça metas e assegure condições para atender as demandas educacionais históricas e que são vitais para superar as desigualdades e promover o desenvolvimento com inclusão social.

No dia 15 de abril, as trabalhadoras e os trabalhadores em educação estarão na Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, lutando pela aprovação

e implementação imediata do PNE, por mais investimento público na educação, contra a reforma administrativa e privilégios às carreiras de parte minoritária do funcionalismo, pela ampla tributação dos super ricos e contra as medidas de ajuste fiscal que fomentam a privatização e penalizam políticas voltadas à população que mais precisa do Estado. Também lutaremos pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, a fim de regulamentar a negociação coletiva no serviço público.

Valorização dos profissionais da educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394), desde 2009, considera *“profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:*

- I. professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II. trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III. trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.”

A categoria descrita no inciso III do art. 61 da LDB refere-se aos funcionários administrativos da educação, que devem ser formados *“por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.”*

Mesmo tendo superado a fase de reconhecimento profissional na legislação, os funcionários administrativos – indispensáveis para a oferta de qualidade da educação – continuam lutando pela profissionalização nos locais de trabalho e pela regulamentação do piso salarial profissional nacional da categoria. E a CNTE tem atuado com eles, no Congresso Nacional, para aprovar o PL 2.531/2021, que dispõe sobre essa importante conquista, bem como para instituir carreiras valorizadas em todos os entes federativos e contra a terceirização que se alastrou nas redes públicas de ensino.

No campo do magistério, os desafios da valorização caminham juntos ao dos funcionários para elevar o percentual de contratos efetivos, através de concurso público, tendo em vista que metade dos/as professores/as em atividade nas escolas do país possui contratos precarizados (temporários) e isso prejudica a qualidade do ensino sob vários aspectos.

A valorização dos planos de carreira, não permitindo que o piso salarial se transforme em teto das carreiras profissionais é outra bandeira importante da luta do magistério público. Essas e outras políticas, como condições adequadas de trabalho, garantia de saúde e segurança nas escolas para educadores/as, estudantes e familiares, direito à aposentadoria digna para o atuais e futuros aposentados/as, formação inicial e continuada de qualidade, respeito à cátedra profissional, são indispensáveis para manter os atuais profissionais nas redes escolares e para atrair a juventude, que se sente cada vez menos motivada para ingressar na profissão docente.

Neste momento, a CNTE atua no Congresso Nacional para aprovar a Medida Provisória nº 1334, que estabeleceu o percentual de atualização do piso do magistério em 5,4%, para 2026, bem como para superar todos os entraves judiciais que limitam a aplicação do piso do magistério, especialmente nos planos de carreira da categoria.

Educação, sustentabilidade e inteligência artificial

Embora alguns governos ignorem a crise climática mundo à fora, e mesmo em algumas localidades de nosso país, ela está em franca expansão e já ameaça as atuais gerações com episódios recorrentes de eventos extremos, sendo que o pior ainda está por vir caso o aquecimento global e a deterioração das reservas naturais de água, minérios, fauna e flora não sejam revertidos.

A educação tem o imenso desafio em educar os estudantes para a vida e a sustentabilidade ambiental. E não se trata de uma dicotomia, pois não haverá vida humana no planeta sem a preservação do meio do ambiente. A inteligência artificial e outras invenções tecnológicas são incapazes de assegurar alimentos na mesa, água potável e equilíbrio sanitário sem epidemias ou pandemias recorrentes.

A Câmara dos Deputados incorporou o Objetivo 8 ao projeto de lei do Plano Nacional de Educação, dispondo sobre “Sustentabilidade socioambiental na Educação”. Falta agora o Senado Federal aprovar a proposta e os governos federal, estaduais, distrital e municipais implementarem adequadamente esse tema curricular em todas as escolas do país.

Em outro contexto, a expansão das tecnologias digitais tem gerado novos desafios para os sistemas educacionais com a chamada plataformização da educação, que tem sido marcada pela expansão de plataformas digitais privadas que organizam processos de ensino e gestão escolar, subtraindo a autonomia docente e impondo novos desafios à sociedade.

Os dados educacionais têm gerado preocupações, considerando que informações e pesquisas de milhões de estudantes passam a ser armazenadas e processadas por corporações tecnológicas globais sob as quais o país não tem controle e que podem comprometer nossa soberania educacional e a própria proteção de dados sensíveis. Ou seja, o projeto educacional do país está sendo espionado, monitorado e/ou manipulado pelas plataformas que não possuem identidade personificadas.

Para além disso, a inteligência artificial tem ganhado espaço em todas as dimensões da vida pública e privada, tendo as *big techs* como principais acionistas de plataformas que ditam hábitos e direcionam o consumo e até a escolha política e os projetos educacionais em escala mundial.

Diante desses desafios, é urgente e necessário regulamentar as *big techs* e o uso da IA nos sistemas de ensino, garantindo que a tecnologia esteja a serviço do projeto pedagógico da escola e subordinada aos interesses da sociedade e do país onde os serviços são executados. Também é imprescindível que o Brasil invista em tecnologias próprias da informação, a fim de diminuir a dependência das corporações internacionais.



[illegible]

[illegible]

Diretoria Executiva Nacional da CNTE

Gestão 2026/2030

FÁTIMA APARECIDA DA SILVA (MS)

Presidenta

MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (PR)

Vice-Presidenta

ROSILENE CORRÊA LIMA (DF)

Secretária de Finanças

FABIO SANTOS DE MORAES (SP)

Secretário Geral

MARÍLIA CIBELLI VICENTE DE OLIVEIRA SANTOS MÓES (PE)

Secretária de Relações Internacionais

GUELDA CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE (MT)

Secretária de Assuntos Educacionais

IÊDA LEAL DE SOUZA (GO)

Secretária de Imprensa e Divulgação

MARIA DA CONCEIÇÃO HOLANDA OLIVEIRA (PA)

Secretária de Política Sindical

GEAN CARLOS NUNES DE JESUS (ES)

Secretário de Formação

LUIZ FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA (MG)

Secretário de Organização

IVONETE ALVES CRUZ ALMEIDA (SE)

Secretária de Políticas Sociais

BERENICE D'ARC JACINTO (DF)

Secretária de Relações de Gênero

SERGIO ANTÔNIO KUMPFER (RS)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

ANTONIO MARCOS RODRIGUES GONÇALVES (PR)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativo

ALESSANDRO SOUSA CARVALHO (CE)

Secretário de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

CLEITON GOMES DA SILVA (SP)

Secretário de Assuntos Municipais

ZEZINHO PRADO (SP)

Secretário de Direitos Humanos

JOSÉ VALDIVINO DE MORAES (PR)

Secretário de Funcionários da Educação

CARLOS DE LIMA FURTADO (TO)

Secretário de Combate ao Racismo

SECRETARIA EXECUTIVA

ANA CRISTINA FONSECA GUILHERME DA SILVA (CE)

CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES (RO)

GIRLENE LAZARO DA SILVA (AL)

HENRIQUE RODRIGUES TORRES (DF)

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA PAOLINO (RJ)

KATIA CILENE MENDONÇA ALMEIDA (AP)

MARIA INEZ DOS SANTOS (SC)

MOACYR AMERICO DA SILVA (SP)

PAULINA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA (PI)

RAIMUNDO NONATO COSTA OLIVEIRA (MA)

SANDRO LUIZ CIFUENTES (SC)

VANDA BANDEIRA SANTANA (PR)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

ALEX SANTOS SARATT (RS)

CLAUDIO ANTUNES CORREIA (DF)

EDSON RODRIGUES GARCIA (RS)

FRANCISCA PEREIRA DA ROCHA SEIXAS (SP)

MARILDA DE ABREU ARAUJO (MG)

MIGUEL SATUSTIANO DE LIMA (RN)

ODISSEIA PINTO DE CARVALHO (RJ)

RICHARD ARAÚJO (SP)

ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO (SP)

RONILDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (PE)

ROSANA SOUSA DO NASCIMENTO (AC)

SORAYA MARIA CORDEIRO DE SOUZA (PB)

STENIO MATHEUS DE MORAIS LIMA (SP)

SUZANE TEIXEIRA BARROS (RS)

VALDIR DOS SANTOS SILVA (BA)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

CRISTIANNE MEDEIROS DANTAS (RN)

MARIA DAS MERCES DE JESUS SILVA (PI)

SARA SANTIAGO CARNEIRO (BA)

MARIA LEÔNIA GOMES DE LIMA (PB)

IARA GUTIERREZ CUELLAR (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

MARIA DA PENHA ARAÚJO (PB)

UBIRAEALSON AMARAL DE ARAÚJO (AP)

JOÃO CARLOS ALVES ARÊAS (MG)

HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO

VICE-PRESIDENTE DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO - IE

SECRETÁRIO GERAL DA CPLP-SE

ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO

VICE-PRESIDENTE DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

PARA AMÉRICA LATINA - IEAL



Compartilhe sua
participação
na 27ª Semana
com a hashtag:

#EducaçãoEuApoio



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL



CNTE - SDS - Edifício Venâncio III, Salas 101/106 - Brasília/DF - CEP 70393-902
Tel.: (61) 3225-1003 - Fax: 3225-2685

cnte@cnte.org.br - www.cnte.org.br